



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



PROC..	
FOLHA:	02
ASS..	[assinatura]

Mensagem nº 039 /2021.

São Sebastião, 16 de agosto de 2021.

Exmo. Sr.
Vereador José Reis de Jesus Silva
DD. Presidente da Câmara de Vereadores de São Sebastião-SP.

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Casa de Leis, para apreciação e deliberação dos Nobres Vereadores, aos quais formulo nesta oportunidade meus cordiais cumprimentos, o incluso Projeto de Lei Complementar que "*Concede anistia, em caráter geral, de penalidades moratórias relativas aos créditos tributários e não tributários municipais, e dá outras providências*".

Diante da crise financeira que assola o país, que de igual forma acomete aos contribuintes deste município, onde os mesmos encontram dificuldades em arcar com os tributos municipais, a concessão de benefício fiscal se faz necessária, pois, permite incremento na receita pública.

Referido benefício visa propiciar aos contribuintes melhores condições de quitarem seus débitos municipais, bem como, incrementar a receita pública, pois, por meio da mesma, é que o contribuinte tem de volta os serviços públicos essenciais, e da mesma forma, permite o custeio da máquina pública.

Portanto, nos termos dos artigos 180 e 181 do Código Tributário Nacional, enviamos o presente projeto para a devida aprovação.

Diante das circunstâncias apontadas, bem como, das demais providências administrativas, se requer de Vossa Excelência, seja o presente Projeto de Lei Complementar submetido ao Regime de Tramitação de Urgência, desta Casa de Leis.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, protestos de estima e distinta consideração.


FELIPE AUGUSTO
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
PROTOCOLO Nº 1093/21
DATA 17, 08, 21
HORÁRIO 16 20
VISTO [assinatura]



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 13 /2021

PROC.:	_____
FOLHA:	03
ASS.:	lgv

“Concede anistia, de multa e juros, relativos aos créditos tributários e não tributários municipais.”

FELIPE AUGUSTO, Prefeito do Município de São Sebastião, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

DO OBJETO E DAS OPÇÕES DE DESCONTO

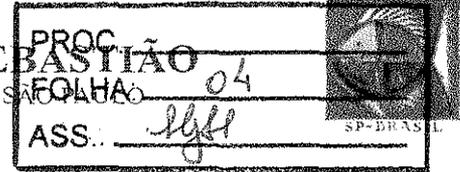
Art. 1º - Os débitos tributários ou não tributários do Município, vencidos até 31 de dezembro de 2020, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, incluindo as negociações feitas em período anterior à vigência desta lei e que não foram quitadas, farão jus a redução de juros e multa incidentes na proporção a seguir:

I - dispensa de 100% (cem por cento) do valor de juros e multa, para pagamento de débito à vista;

II - nos casos em que o débito for de até R\$ 20.000,00 (vinte mil), será concedido 90% (noventa por cento) de desconto no valor dos juros e da multa, sendo o parcelamento efetuado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas de igual valor;

III - nos casos em que o débito for superior a R\$ 20.000,00 (vinte e um mil reais) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), será concedido 80% (oitenta por cento) de desconto no valor dos juros e da multa, com entrada de no mínimo 10% (dez por cento) do valor devido no ato da formalização da confissão, e o saldo final parcelado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas de igual valor;

IV - nos casos em que o débito for acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), será concedido 50% (cinquenta por cento) de desconto no valor dos juros e da multa, com entrada de no mínimo 10% (dez por cento) do valor devido no ato da formalização da confissão e o saldo final parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas de igual valor;



§ 1º - O benefício de que trata o "caput" será extensivo aos contribuintes com parcelamentos pendentes e ainda não liquidados, desde que efetuem o pagamento do saldo devedor, apurado mediante estorno, nas condições estabelecidas na presente Lei, considerando-se as parcelas já pagas como quitação parcial, sem direito a qualquer restituição.

DA ADESÃO

Art. 2º - A adesão dos benefícios da presente lei se inicia com a expedição de levantamento de débitos e, preenchimento do formulário que conterà os dados do contribuinte ou por quem tenha poderes de representá-lo, mediante apresentação de procuração com firma reconhecida, em especial, para reconhecer débitos, firmar acordos e realizar pagamento, bem como, a opção de pagamento dentre as hipóteses dispostas no inciso I a V do artigo 1º desta lei.

Parágrafo único - No ato da formalização da requisição dos benefícios instituídos pela presente lei, quando os débitos recaírem sobre o cadastro imobiliário, o requerimento deverá ser entregue na Divisão de Dívida Ativa e Cobrança, devidamente acompanhado dos seguintes documentos:

I - Sendo o imóvel de posse:

- a) - Cópia, RG, CPF, comprovante de endereço (com data de até 3 meses de expedição);
- b) - Nos casos em que o requerente for o atual possuidor e o cadastro estiver desatualizado, o benefício só poderá ser concedido se for apresentada cópia autenticada da Escritura de Direitos Possessórios ou de Declaração de Posse, devidamente declarado no Cartório de Notas, Títulos e Documentos desta Comarca nos termos do artigo 56 do Código Tributário Municipal.

II - Sendo o imóvel com matrícula:

- a) - Cópia, RG, CPF, comprovante de endereço (com data de até 3 meses de expedição);
- b) - Nos casos em que o requerente for o atual proprietário e o cadastro estiver desatualizado, o benefício só poderá ser concedido se for apresentada cópia autenticada da certidão da matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, devidamente atualizada, com expedição máxima de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 56 do Código Tributário Municipal.



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

FOLHA: 05

ASS.: *[assinatura]*

SÃO SEBASTIÃO



SP-BRASIL

III – Nos casos de decisões judiciais sobre partilha de bens por divórcio, inventário, usucapião, arrematação de imóvel, ou outros em que se discuta a posse ou propriedade ou neles venham a refletir a titularidade no imóvel, deverão ser cumpridas as exigências o disposto no parágrafo 1º incisos I e II do artigo anterior, a depender da modalidade nessas dispostas.

Art. 3º - A adesão aos benefícios estatuídos nos incisos II a V do artigo 1º desta lei, dar-se-á por opção do sujeito passivo ou responsável legal pela dívida, nos termos desta legislação, mediante requerimento e será formalizado por meio do termo de confissão assinado entre as partes.

Art. 4º - A ausência de especificação quanto as formas de pagamento, bem como, dos documentos necessários dispostos nos incisos I ou II do artigo 2º, torna o requerimento nulo e sem efeito.

Art. 5º - Os parcelamentos efetuados através de anistias anteriores farão jus ao benefício que trata o caput, desde que os parcelamentos já realizados sejam estornados, restabelecendo os acréscimos legais para somente após ser aplicado novo cálculo, impedido desta forma, desconto sobre benefícios pretéritos.

DO PAGAMENTO

Art. 6º - A Divisão de Dívida Ativa e Cobrança somente realizará a expedição de guias para pagamento à vista ou celebrará acordo de parcelamento, nos termos dos incisos I a V do artigo 1º, após a adesão ao referido programa, e nos casos de débitos ajuizados, desde que seja emitida a autorização pela Procuradoria Fiscal após recolhimentos das custas e honorários sob o valor judicial atualizado sem qualquer desconto, estes cujo pagamento se darão em guias próprias.

Art. 7º - Após a expedição das guias de pagamento, dentre as hipóteses elencadas nos inciso I a V do artigo 1º, o pagamento se dará da seguinte forma:

§ 1º - Na hipótese do inciso I do artigo 1º o pagamento da cota única deverá ser realizada até o último dia útil do mês em que a guia de pagamento for expedida, desde que a data de pagamento esteja compreendida dentro da vigência da lei.

[assinatura] 3



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

FOLHA 06

ASS.: *[assinatura]*



§ 2º - O pagamento da primeira parcela nos termos dos inciso II a V do artigo 1º somente poderá ser realizado após a assinatura do termo de anuência do referido programa, data em que o pagamento poderá ser postergado até o dia seguinte da assinatura do termo de adesão, salvo as guias emitidas com vencimento no último dia vigência da lei.

§ 3º - Se o vencimento ocorrer em dia não útil, considerar-se-á prorrogado seu vencimento até o próximo dia útil.

§ 4º - O contribuinte que efetuar o pagamento dos débitos de forma integral ou parcelada, bem como, das custas e honorários, deve fazê-lo por meio das Instituições Bancárias.

§ 5º - O pagamento das custas judiciais e honorários, fica sujeito a confirmação de pagamento no prazo de 48 (quarenta e oito horas), ultrapassado o referido prazo sem que o pagamento tenha sido confirmado, o pagamento ou celebração de acordo dos débitos restará estornado e tornado sem efeito.

§ 6º - Não será admitida a concessão dos benefícios da presente lei se a realização de pagamento integral ou parcelado dos débitos, bem como, das custas e dos honorários, se dê de outra forma que não por aquelas opções dispostas no parágrafo 4º e 5º.

Art. 8º - Caso o contribuinte compareça no AGILIZA e não consiga atendimento no último dia em que vigora a presente, será aberto processo administrativo a fim de garantir ao contribuinte os benefícios da presente lei, preenchendo do formulário anexo I da presente lei, sendo este processo rubricado pelo servidor que realizar o atendimento e conste os motivos que ensejaram a impossibilidade no atendimento, desde que a referida impossibilidade esteja devidamente comprovada.

Parágrafo único - A hipótese descrita no caput é exceção à regra disposta nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º, ocasião em que os pagamentos se realizarão com a conclusão do processo administrativo, e a data do pagamento não ultrapasse (30) trinta dias contados do envio de comunicações da decisão, sob pena de exclusão de qualquer benefício e prosseguimento na cobrança judicial.

[assinatura]
4

PROG. _____
FOLHA 07
ASS.: _____
SÃO SEBASTIÃO

Art. 9º - Caso o débito incluído no programa seja objeto de execução fiscal, após cumprida as exigências dos artigos 6º e 7º e realizada a compensação bancária dos pagamentos, a Divisão de Dívida Ativa e Cobrança, encaminhará à Procuradoria Fiscal no prazo de máximo de dez dias os seguintes documentos:

§ 1º - Pagamento à vista:

- a) Certidão Negativa;
- b) Demonstrativo de baixa no sistema;
- c) Autorização de custas judiciais expedida pela Procuradoria Fiscal;

II - Pagamento parcelado:

- a) Certidão informando do parcelamento e do pagamento da 1ª parcela;
- b) Demonstrativo do confissão efetuado e baixa da parcela;
- c) Autorização de custas judiciais expedida pela Procuradoria Fiscal;
- d) Cópia do Termo de Confissão.

§ 2º - A extinção ou suspensão da execução fiscal dependerá do recebimento e conferência dos documentos relacionados no parágrafo anterior pela Procuradoria Fiscal.

Art. 10 - Havendo atraso no pagamento superior ao mês de vencimento de qualquer parcela do benefício descritos nos incisos II a V do artigo 1º, o termo de confissão será estornado, implicando a perda de todos os benefícios desta lei, acarretando a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos previstos na legislação municipal, descontados os valores pagos, com o imediato ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, e adoção de todas as demais medidas legais na cobrança dos créditos colocados à disposição do Município credor.

Art. 11 - Em qualquer modalidade de parcelamento, a parcela nunca poderá ser inferior a 20 (vinte) VRM – Valor de Referência do Município.

Art. 12 - Nos casos em que o débito parcelado ultrapassar o ano calendário, o valor das parcelas remanescentes será corrigido por meio do VRM – Valor de Referência do Município, índice oficial do Município.

Art. 13 - Caso o contribuinte tenha promovido o ajuizamento de ação judicial, apresentado defesa judicial ou processo administrativo questionando no todo ou em parte o valor do imposto do qual



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

PROC. _____
FOLHA: 08
ASS.: _____



pretende se valer dos benefícios desta lei, para usufruir dos benefícios da presente lei o contribuinte renuncia qualquer direito de ação e desiste de recurso ou questionamentos sobre o débito negociado, sob pena de revogação dos benefícios instituídos por esta legislação.

Ar. 14º - A concessão dos benefícios sem a observância do disposto neste capítulo, acarretará o afastamento de quais benefícios instituídos pela presente lei, bem como, e a invalidação de pagamento ou acordos celebrados, sem prejuízo da responsabilização funcional.

Parágrafo único - Caso constatado eventuais falhas no pagamento, no acordo celebrado, seja pela ausência de documentos ou não sejam atendidos os requisitos exigidos para a concessão dos benefícios, o valor dado como pagamento ou parcelamento serão considerados como pagamento parcial no valor total do débito sem qualquer desconto.

Art. 15º - Servidores públicos com férias e licença prêmio vencidas, podem utilizar referidos créditos como forma de pagamento dos débitos provenientes do imóvel em seu nome, estando o lançamento em nome do cônjuge, o referido imóvel necessariamente deverá ter sido adquirido na constância do casamento, ocasião em que se torna necessária a apresentação certidão de casamento, acrescido dos documentos elencados no parágrafo único do artigo 2º.

DAS EXCEÇÕES

Art. 16 - Não será concedida, em hipótese alguma, redução ou desconto sobre o valor principal e sua respectiva atualização.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - A não aceitação ou o descumprimento de quaisquer condições e exigências estabelecidas nesta lei afasta a possibilidade de concessão do benefício ou cancela os benefícios concedidos.

Art. 18 - O atendimento ao público se dará mediante entrega de senhas no Agiliza, período que compreende das 09:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta enquanto vigorar os efeitos da presente.



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADUAL DE SÃO PAULO

PROC. _____
FOLHA 09
ASS. _____ *Fls*



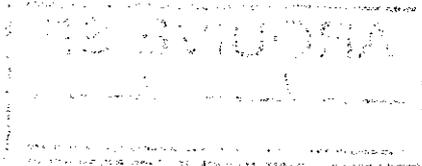
Parágrafo único - Com exceção ao período descrito no caput, no último dia de vigência da presente, o atendimento ao público se encerra com a entrega de senhas às 12:00, possibilitando o atendimento ao contribuinte ainda pelas Instituições Bancárias, pois, a adesão aos benefícios está condicionada ao pagamento à vista ou mediante parcelas, hipóteses que exigem o pagamento dentro da vigência da lei.

Art. 19 - Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará por 30 dias, podendo ser prorrogado por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo, vedado que se ultrapasse o exercício, e revoga as disposições em contrário.

São Sebastião, 16 de agosto de 2021.

[Handwritten Signature]
FELIPE AUGUSTO
Prefeito



À COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO
E REDAÇÃO
Para o parecer
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

27 / 08 / 21
PRESIDENTE

PROC.: _____
FOLHA: 09 verso
ASS.: _____

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS. *emenda
modificativa 02/21*
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

31 / 08 / 21
PRESIDENTE

A Comissão de FINANÇAS E ORÇAMENTO
para o parecer
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

23 / 08 / 21
PRESIDENTE

APROVADO EM ^{1ª} DISCUSSÃO
POR unanimidade DE VOTOS

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

31 / 08 / 21
PRESIDENTE

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS. *✓ parecer*

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

24 / 08 / 21
PRESIDENTE

A pauta da ordem do dia da próxima sessão
Em 31 / 08 / 21
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

PRESIDENTE

*para 2ª
discussão
e 2ª
votação*

A pauta da ordem do dia da próxima sessão
Em 24 / 08 / 21
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

PRESIDENTE

ARQUIVE-SE
30 / 09 / 21

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS. *emenda
modificativa 01/21*
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

31 / 08 / 21
PRESIDENTE



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



ANEXO I

PROC.	_____
FOLHA:	10
ASS.	<i>[Signature]</i>

AO EXMO. SR. PREFEITO DE SÃO SEBASTIÃO,

NOME: _____

CPF: _____ RG: _____

EMAIL: _____

END.: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

TELEFONE: _____ CEP: _____

VEM PELO PRESENTE SOLICITAR DE V. EX^a. A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 244/2019, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE:

- () APURAÇÃO DE INCONSISTÊNCIA DE VALORES NO SISTEMA;
- () UTILIZAÇÃO DOS VALORES BLOQUEADOS JUDICIALMENTE;
- () INDISPONIBILIDADE DE SISTEMA;
- () APURAÇÃO DE DIFERENÇA DE CUSTAS JUDICIAIS PAGAS ANTERIORMENTE;
- () CARGA DE PROCESSOS JUDICIAIS PARA CÁLCULO DE CUSTAS: _____

QUANTIDADE DE PARCELAS: () Á VISTA () 12 X () 24 X

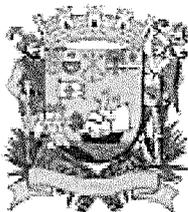
**NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO.**

SÃO SEBASTIÃO, _____ DE _____ DE 20__.

ASSINATURA

NOME: _____

CPF N. _____



Câmara Municipal de São Sebastião

Litoral Norte - São Paulo

PROC.: _____

FOLHA: 11

ASS.: _____

PROCURADORIA JURÍDICA

ASSUNTO: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2021

MATÉRIA: "Concede anistia, de multa e juros, relativos aos créditos tributários e não tributários municipais."

BASE LEGAL: Art. 36, II; Art. 38, caput; Art. 40, "III"; Art. 41, "II"; Art. 45; Art. 69, XI, da LOM; e Art. 77, "II" e Art. 79, "I", "a" e "m"; Art. 128, parágrafo 1º, "I"; Artigo 132, "II"; Art. 135, "I"; Art. 138, §1º, "III", § 2º, "I"; Art. 139, § 1º; Art. 181, "IV" do R.I; Art. 30, "I"; Art. 59, "III"; Art. 61, Caput e "II b"; Art. 64, §§1º e 2º da Constituição Federal.

NOTA TÉCNICA: A iniciativa no que tange a legitimidade para a propositura do presente Projeto de Lei se encontra formalmente legal e constitucional uma vez que se encontra nos preceitos da LOM e Constituição Federal. O Projeto Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, do Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

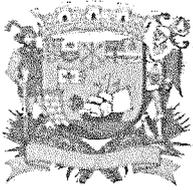
Remeto parecer à comissão de Constituição, Justiça, Legislação e Redação e Comissão de Finanças para emitirem seus pareceres, caso seja favorável, poderá ter sua tramitação normal e se aprovada em Plenário pelo voto da **maioria absoluta** dos membros conforme artigo 79, "I", em **dois turnos de votação de acordo com o Artigo 181, § 2º do Regimento Interno.**

É o nosso parecer opinativo; s.m.j.i.

São Sebastião, 19 de agosto de 2021.

Nicanor Anselmo de Rego Júnior

Procurador Geral - Matrícula nº 665



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.:	_____
FOLHA:	12
ASS.:	MD

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer Conjunto ao Projeto de Lei Complementar nº. 13/21.

Da autoria do Executivo, que pretende autorização legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que **“Concede anistia, de multas e juros, relativos aos créditos tributários e não tributários municipais”**.

O presente projeto de lei tem por finalidade propiciar aos contribuintes melhores condições de quitarem seus débitos municipais, bem como incrementar a receita pública, pois, por meio da mesma, é que o contribuinte tem de volta os serviços públicos essenciais, e da mesma forma, permite o custeio da máquina pública.

De acordo com o parecer jurídico desta Casa de Leis, o projeto citado acima encontra-se formalmente legal e constitucional conforme preceitua os artigos 40, inciso III, artigo 41, inciso II, da Lei Orgânica do Município e artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.

Assim, reuniram-se as Comissões em conjunto e resolveram apresentar parecer favorável à aprovação do referido projeto, podendo prosseguir e ser votado pelo Plenário desta Edilidade, uma vez que não apresenta vícios de inconstitucionalidade e ilegalidades.

É o parecer.

Sala das comissões, 24 de agosto de 2021.

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

Comissão de Justiça

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

24 / 08 / 21

~~Edivaldo Pereira Campos~~

PRESIDENTE

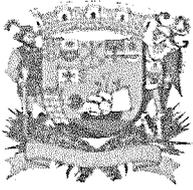
Presidente

~~André Luis Rocha Pierobon~~

Secretário

Antonino Carlos Soares

Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.:	_____
FOLHA:	13
ASS.:	14

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer Conjunto ao Projeto de Lei Complementar nº. 13/21 (continuação).

Comissão de Finanças


Diego de Castro Pereira
Presidente


Marcos Antonio do Carmo Fuly
Secretário


Wagner Teixeira de Oliveira
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.:	141
FOLHA:	
ASS.:	MJ

EMENDA MODIFICATIVA

Nº. 01/21

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

31 / 08 / 21

PRESIDENTE

Senhor Presidente,

O Vereador infra-assinado nos termos regimentais, apresenta para deliberação do Douto Plenário a emenda modificando o inciso I, do artigo 1º, do Projeto de Lei Complementar nº. 13/21, que se aprovada, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - omissis...

I - dispensa de 100% (cem por cento) do valor de juros e multa, para pagamento de débito à vista ou em até 5 (cinco) parcelas mensais e consecutivas de igual valor ;

II - omissis;

III - omissis;

IV - omissis;

§ 1º - omissis”.

Plenário da Câmara Municipal de São Sebastião, Sala Vereador Zino Militão dos Santos, 17 de agosto de 2021.

Mauricio Bardusco Silva

Vereador



EMENDA MODIFICATIVA

Nº. 02/21

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

31 / 08 / 21

[Signature]
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

O Vereador infra-assinado nos termos regimentais, apresenta para deliberação do Douto Plenário a emenda modificando os incisos I e II, do artigo 2º, do Projeto de Lei Complementar nº. 13/21, que se aprovada, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - omissis.

Parágrafo único – omissis.

I – omissis.

a) – omissis;

b) – Nos casos em que o requerente for o atual possuidor e o cadastro estiver desatualizado, o benefício só poderá ser concedido se for apresentada cópia da Escritura de Direitos Possessórios ou de Declaração de Posse, devidamente declarado no Cartório de Notas, Contrato de Compra e Venda com firma reconhecida, Títulos e Documentos desta Comarca nos termos do artigo 56 do Código Tributário Municipal.

II – omissis:

a) - omissis;

b) - Nos casos em que o requerente for o atual proprietário e o cadastro estiver desatualizado, o benefício só poderá ser concedido se for apresentada cópia da certidão da matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, devidamente atualizada, com expedição máxima de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 56 do Código Tributário Municipal.

III – omissis”.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

FOLHA: 16
ASS.: M

Plenário da Câmara Municipal de São Sebastião, Sala Vereador Zino Militão dos Santos, 17 de agosto de 2021.

Maurício Bardusco Silva

Vereador



GABINETE DO
PREFEITO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



PROC. _____
FOLHA: <u>17</u>
ASS.: <u>[Assinatura]</u>

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
PROTOCOLO N.º <u>1552/2021</u>
DATA <u>30/09/21</u>
HORÁRIO <u>15:30</u>
VISTO: <u>[Assinatura]</u>

Ofício nº 1060/2021 – GP

Referente: Retirada do Projeto de Lei n.º 13/2021 e Mensagem 039/2021.

São Sebastião, 29 de setembro de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
José Reis de Jesus Silva
Presidente da Câmara Municipal
São Sebastião/SP

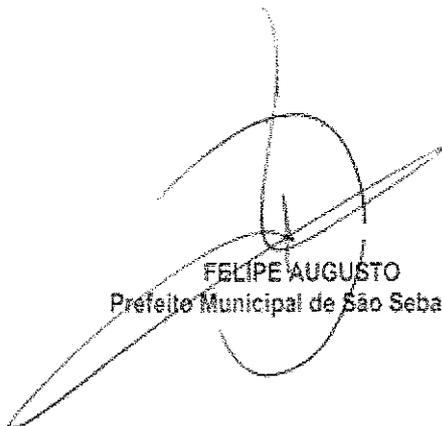
Assunto: Retirada do Projeto de Lei n.º 13/2021 e Mensagem 039/2021, protocolados no dia 17/08/2021, referente ao Projeto de Lei que "Concede anistia de multas e juros, relativos aos créditos tributários e não tributários municipais."

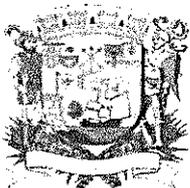
Prezado Presidente,

Cumprimentando-o respeitosamente, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência a retirada do Projeto de Lei n.º 13/2021 e Mensagem 039/2021, protocolados no dia 17/08/2021, referente ao Projeto de Lei que "Concede anistia de multas e juros, relativos aos créditos tributários e não tributários municipais."

Na oportunidade, apresento protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


FELIPE AUGUSTO
Prefeito Municipal de São Sebastião



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

Ofício n°. 259/2021

PROC.:	_____
FOLHA:	18
ASS.:	

São Sebastião, 01 de outubro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Devolvo nesta oportunidade a Mensagem n°. 39/2021, que originou o Projeto de Lei Complementar n°. 13/2021 de sua autoria, que “Concede anistia, de multa e juros, relativos aos créditos tributários e não tributários municipais”, conforme solicitação citada no Ofício n°. 1060/2021-GP. Informo ainda, que o referido projeto será arquivado.

Atenciosamente,

José Reis de Jesus Silva

“Reis”

PRESIDENTE

À Sua Excelência

FELIPE AUGUSTO

Prefeito Municipal de

São Sebastião/SP

PREF. MUN. SÃO SEBASTIÃO GABINETE - PREFEITO
PROTOCOLO
Nº 3032/2021
DATA 01/10/21
10:30 HS
VISTO